



JUVENTUDES E INTERPENETRAÇÃO DE ESPAÇOS FORMATIVOS

Wania Gonzalez*

 <http://orcid.org/0000-0002-4803-909X>

Elaine Rodrigues de Ávila**

Resumo: O texto aborda as potencialidades da formação de uma nova cultura política nos jovens em situação de vulnerabilidade social, a partir da interpenetração dos espaços formativos, tendo como foco as ações educativas de duas organizações não governamentais (ONGs) cariocas. A organização do texto foi estruturada da seguinte maneira: inicialmente, faz-se a interpenetração dos espaços educativos que o crescimento da educação não formal e a complexidade da nossa sociedade suscitam. A seguir, tecem-se algumas reflexões sobre o conceito de juventudes e as dificuldades dos jovens na educação formal, e posteriormente são mencionados os objetivos dos espaços não formais de ensino investigados com seus respectivos projetos educacionais: Instituto Bola pra Frente e Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh). Por fim, dialogamos com as entrevistas realizadas sobre as seguintes temáticas: a cultura juvenil, os pontos fracos da escola, a relação entre a ONG e a escola, e a relação entre o jovem e o trabalho. Os resultados da pesquisa revelaram que a educação formal poderia ser mais atuante no incentivo à continuidade dos estudos dos jovens que a frequentam e que o uso dos recursos tecnológicos digitais deveriam ser um elemento aglutinador de aproximação entre a cultura dos adultos e a cultura juvenil. Por sua vez, as ONGs investigadas incentivam a permanência dos jovens na educação formal, dialogam com os conteúdos trabalhados nas escolas e vislumbram a possibilidade de transformação social dos envolvidos nas suas ações educativas.

Palavras-chave: Educação não formal. Organizações não governamentais. Cultura política. Juventudes. Escola.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá (UNESA) e professora adjunta da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) na Faculdade de Formação de Professores da Baixada Fluminense, *E-mail:* waniagonzalez@gmail.com

** Doutoranda em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá (UNESA). Professora da educação básica do município do Rio de Janeiro. *E-mail:* elainerjadvogada73@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, temos participado de um conjunto de investigações que versam sobre as ações educativas realizadas pelo terceiro setor¹. As pesquisas têm sido norteadas pela finalidade de contribuir para a identificação das potencialidades na articulação entre os diferentes espaços formativos na formação, de nova cultura política, dos indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social (GOHN, 2010; TRILLA, 2008). Esclarecemos que "falar de cultura política é tratar de comportamento dos indivíduos nas ações coletivas, os conhecimentos que os indivíduos têm a respeito de si próprios e de seu contexto, os símbolos e a linguagem utilizadas, bem como as principais correntes de pensamento existentes" (GOHN, 2001, p. 59-60).

Consideramos que a potência do diálogo entre a educação formal e a educação não formal consiste em impulsionar mudanças importantes na vida dos seus participantes por colocá-los em contato com os valores relacionados à solidariedade e aos interesses coletivos. Dialogamos com os autores que entendem o campo educacional a partir de três modalidades: educação formal, que compreende os processos educativos escolares, educação não formal, que engloba as atividades educativas em espaços como organizações não governamentais (ONGs) e fundações, e educação informal, que difere das duas anteriores por não possuir uma intencionalidade no aprendizado dos seus envolvidos, ocorrendo por meio de ações cotidianas do indivíduo (GOHN, 2010; TRILLA, 2008).

Na política educacional brasileira vigente, o reconhecimento da importância dessa articulação entre os espaços formativos está presente no Plano Nacional de Educação, particularmente nas metas 6 e 7, em que fica implícita a importância do diálogo entre as instituições escolares e outros espaços formativos, seja na educação em tempo integral, seja na mobilização da sociedade civil para garantir a qualidade na educação, a partir do diálogo com práticas educativas dos espaços não formais de ensino no que tange às experiências exitosas de experiências de educação popular e cidadã (BRASIL, 2014).

Assim, o texto trata das potencialidades da formação de uma nova cultura política, a partir da interpenetração dos espaços formativos frequentados por jovens cariocas, mais especificamente escolas públicas e ONGs, e adota uma concepção ampliada de educação que valoriza a inclusão social e o acesso aos direitos da cidadania (GOHN, 2001). Para cumprir

1 - Entre 2002 e 2006, participamos da pesquisa "Habilidades e competências socioambientais na educação profissional: um estudo das ONGs do Rio de Janeiro" quando iniciamos os estudos sobre as práticas educativas realizadas fora do ambiente escolar. Posteriormente, ampliamos o escopo das investigações para o estudo das ações educativas veiculadas pelo terceiro setor no Rio de Janeiro e atualmente nos dedicamos ao estudo da interpenetração dos espaços formativos nas políticas educacionais vigentes, no cenário educacional brasileiro, e reconhecemos as potencialidades nos espaços não formais de ensino como uma perspectiva mais ampla da formação humana.

essa proposta, dialogamos com os resultados de uma pesquisa, realizada em 2017, na qual foram ouvidos coordenadores de duas organizações do terceiro setor carioca e abordamos esse diálogo entre a educação não formal e escolas no âmbito da educação básica. A organização do texto foi estruturada da seguinte maneira: inicialmente, situamos o leitor sobre a interpenetração dos espaços educativos que o crescimento da educação não formal e a complexidade da nossa sociedade suscitam. A seguir, dedicamo-nos a algumas reflexões sobre o conceito de juventudes e as dificuldades dos jovens na educação formal, e posteriormente mencionamos os objetivos dos espaços não formais de ensino investigados com seus respectivos projetos educacionais: Instituto Bola pra Frente (IBF) e Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh). Por fim, dialogamos com os dados de uma pesquisa realizada nas respectivas ONGs cariocas.

A INTERPENETRAÇÃO DOS ESPAÇOS EDUCATIVOS: O QUE ISSO SIGNIFICA?

Partimos da complexidade de aprendizados que envolvem a vida dos indivíduos na atualidade e concordamos com Libâneo (2009), quando afirma que aprendemos em várias dimensões da nossa vida social, e Enguita (2009), ao enfatizar que circulam na sociedade diferentes redes de conhecimento. Essa abordagem não significa que estamos secundarizando a importância da escolaridade formal na vida dos indivíduos, mas que valorizamos os diferentes ambientes que propiciam o aprendizado e que de alguma maneira possam contribuir para a melhoria da formação humana. A articulação entre a educação escolar e a educação social, denominada de integração educativa, também é defendida por Sousa e Catani (2016) como potencializadora da inclusão social. Não possuímos uma visão idealizada da atuação do terceiro setor no campo da educação, mas

[...] reconhecemos as potencialidades e possibilidades das Organizações, com perfil "militante", como espaços democráticos de participação política que articulam educação e cultura como meio de compreensão da realidade e de luta para transformá-la. Esclarecemos que não defendemos a diminuição do papel do Estado no seu dever de efetivar políticas públicas que garantam à população direitos básicos de sobrevivência, como também educação pública de qualidade. Vale ressaltar que a educação não formal não é, de forma alguma, a negação da educação formal, pelo contrário, entendemos que elas se complementam, originando práticas educativas que almejam a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (GONZALEZ; PEDROZA, 2014, p. 244).

Essas relações entre a educação formal, educação não formal e educação informal podem acontecer de maneira variada. É uma relação de complementaridade quando cada espaço

formativo fica responsável por um determinado tipo de aprendizado. A suplência ou substituição acontece quando uma organização assume as atividades da outra em uma determinada ação educativa. Nessas situações, a educação não formal pode ser utilizada para suprir lacunas deixadas pela educação formal nos indivíduos. O reforço e a colaboração ocorrem quando a educação informal e a educação não formal colaboram para o aprendizado na educação formal. A interferência ou contradição dizem respeito àquelas situações em que as ações educativas realizadas nos diferentes espaços formativos geram controvérsias e conflitos (TRILLA, 2008). Essa categorização de Trilla (2008) é importante para analisarmos em que medida há uma interpenetração entre as ações educativas desenvolvidas pelas ONGs pesquisadas e as escolas.

Diante do exposto, podemos indagar: Essas formas variadas de integração acontecem na prática?

Spósito (2008) constatou a existência de uma rede paralela de educação não escolar no país e sem ampla divulgação na sociedade. Será que os resultados da nossa pesquisa confirmam as conclusões apresentadas por Sousa e Catani (2016)?

A escola não se alonga, ou seja, não sai de pretensa estabilidade estrutural. Ela precisa ir ao encontro da comunidade, dos educadores dessa comunidade e dos espaços de aprendizagem extramuros, devendo propor o diálogo.

A legislação não é clara? Então, caberia à educação escolar em sua proposta pedagógica transgredir, considerando as brechas legais, bem como requerer políticas públicas e legislação pontual que amparem o trabalho interativo da escola com a educação do entorno (SOUSA; CATANI, 2016, p. 65)..

Na nossa avaliação, as organizações do terceiro setor deveriam buscar o diálogo para que a relação de complementaridade ou reforço pudesse se efetivar. Os jovens, muitas vezes, frequentam dois espaços formativos que não dialogam sobre os aprendizados a que têm acesso em cada um deles.

JUVENTUDES E ESCOLAS: DESAFIOS ATUAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A expansão da escolaridade, a partir dos anos 1990, não ocorreu com a garantia de qualidade na educação pública e também não propiciou a permanência das crianças e jovens na escola. De acordo com dados oficiais divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), enquanto entre 2007 e 2013 ocorreu uma gradativa diminuição da evasão escolar, entre os anos de 2014 e 2015, o censo apontou um aumento nesse aspecto da educação básica. As taxas mais elevadas foram: 12,9% no primeiro ano do ensino médio; 12,7% no segundo ano do ensino médio; 7,7% no nono ano do ensino fundamental;

6,8% no terceiro ano do ensino médio (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017). Spósito (2008) e Martins (2014) mostram que os jovens estão muito mais próximos do mundo do trabalho do que das instituições educativas. Esse aspecto também é abordado por Leão (2014) ao afirmar que o trabalho ocupa um lugar de maior relevância do que a escola entre os jovens mais pobres, que são aqueles que se evadem com maior frequência.

Os autores citados revelam que a educação formal não é atrativa para essa parcela da juventude na medida em que está distanciada da sua cultura. O enfoque de juventudes adotado no texto partilha do reconhecimento de sua multiplicidade cultural, pois, mesmo no contexto da globalização, há uma heterogeneidade de manifestações culturais produzidas pelos jovens que convivem com modelos globais de cultura (MARTINS, 2014). Esse fenômeno se estende aos contextos periféricos e de exclusão social nos quais encontramos culturas juvenis particulares de determinados grupos que são a sua marca identitária, e elas, via de regra, não têm espaço nas instituições educativas formais. Nesse caso, a cultura imposta é a da geração mais velha e que tende a menosprezar a cultura dos mais jovens, distanciando-os das escolas.

A importância do reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos é uma dimensão fundamental para que a instituição escolar se torne mais atrativa a eles, propiciando o diálogo com as suas múltiplas identidades e os valorizando como produtores de culturas distintas daquela que possui supremacia na escola. Apesar de haver um conflito desses jovens com a cultura da escola, eles demandam qualidade por reconhecerem-na como importante para as suas trajetórias de sucesso profissional.

AS ONGS PESQUISADAS E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As ONGs pesquisadas foram selecionadas de maneira intencional em virtude de terem como prioridade que os participantes das suas ações educativas estivessem matriculados na escola. Conforme foi mencionado, o objetivo da pesquisa consiste em refletir sobre as potencialidades da formação de uma nova cultura política nos jovens em situação de vulnerabilidade social, a partir da interpenetração dos espaços formativos, tendo como foco as ações educativas de duas ONGs cariocas. Assim, escolhemos o IBF e a Redeh, ambas localizadas na cidade do Rio de Janeiro. O IBF adota o esporte como elemento central das suas ações educativas, e a Redeh prioriza as temáticas do feminismo e do meio ambiente como centrais às suas programações. A seguir, apresentamos uma breve descrição sobre cada uma delas e suas respectivas atividades.

A primeira ONG pesquisada foi o IBF, localizado na zona norte do Rio de Janeiro. O IBF realiza atividades educativas com indivíduos em vulnerabilidade social, a partir da prática esportiva. Sua missão consiste em usar o esporte para uma promoção social enfatizando nas suas ações educativas o desenvolvimento de princípios éticos e de valores pautados na soli-

dariedade e na verdade. De acordo com a Coordenadora dos assuntos educacionais do IBF, no ano de 2017, o público-alvo das ações educativas era de 600 crianças e adolescentes, 95% das vagas ocupadas por alunos matriculados na educação básica em redes públicas de ensino e os outros 5% destinados aos alunos da rede particular.

Em parceria com as unidades escolares, o IBF acompanha o desenvolvimento dos seus atendidos para que as atividades tenham um efeito positivo, evitando o baixo rendimento e a evasão escolar (POSE, 2017).

As ações esportivas desenvolvidas pelo IBF visam ao público atendido dois propósitos: 1. proporcionar o entretenimento, a diversão e a qualidade de vida; e 2. desenvolvimento social e humano. Dessa forma, o instituto pretende auxiliar na melhoria de condições de vida dos seus participantes e do contexto em que se inserem. Atualmente, as atividades acontecem dentro do Programa Cruzamento Perfeito, o qual, a partir dos conteúdos trabalhados na escola, busca de modo diferenciado – o esporte e a cultura como eixos norteadores – ajudar na resolução de problema na aprendizagem (POSE, 2017).

Dentro do IBF, as crianças e os adolescentes atendidos têm desde apoio pedagógico até oficinas culturais e atividades esportivas, distribuídos por três dias na semana, em carga horária de nove horas. No momento, por questões operacionais, a única exceção está com os jovens de 12 a 17 anos, que apenas frequentam o instituto duas vezes a cada semana, havendo o planejamento para o aumento dessa carga horária. O espaço físico onde se realizam as ações é composto de quadra esportiva, duas salas de aula, sala de computadores e espaço aberto com mesas e cadeiras.

O público atendido é dividido em faixa etária, formando ciclos. Por exemplo, ciclo 1, crianças de 6 e 7 anos; ciclo 2, de 8 a 9 anos. Essa divisão respeita as etapas do desenvolvimento humano. Os educadores sociais de cada ciclo são recrutados por meio de indicações em outras organizações e devem apresentar um perfil polivalente, pois trabalham com um grande número de conteúdos em diversas áreas de conhecimento.

A segunda ONG pesquisada foi a Redeh, localizada no centro do Rio de Janeiro. Sua fundação ocorreu na década de 1990, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), com uma proposta de ações educativas na área de meio ambiente, desenvolvida no Sinal do Vale, um tipo de sítio inserido na Mata Atlântica. A partir de 1995, com a entrada da pesquisadora Schuma Schumacher – referência na área do movimento feminista –, a Redeh passou a incorporar atividades relacionadas a questões de gênero, étnico racial e sexualidade, algumas delas desenvolvidas no Centro Comunitário Júlio Ottoni – aulas de capoeira, reeducação alimentar, reforço de português e matemática. Entre outros pontos, sua missão é a promoção do desenvolvimento humano por meio da igualdade de gênero e o incentivo à diversidade cultural (EICHLER, 2017).

Segundo dados do *site*, a Redeh possui os seguintes projeto e iniciativas: Mulher 500 anos atrás dos panos (deu origem a projetos de pesquisas nas áreas de gênero, étnico-racial e

sexualidade); Pra lá e Pra Cá; Adapta Sertão (Tecnologias sociais de adaptação a mudança climática); Quem Ama Abraça, Fazendo Escola; Nave do Conhecimento; Tem Mulher na Jogada; Adapta Mata Atlantica (Tecnologias sociais de adaptação a mudança climática); Casa Futuro Agora; Centro Comunitário Júlio Ottoni; Hip Hop por Justiça Social; Direitos das Mulheres em Resposta à Tríplíce Epidemia. Além disso, a ONG trabalha com pesquisa nas temáticas sobre feminismo, gênero, sexualidade e meio ambiente, as quais geram publicações disponibilizadas para docentes e pesquisadores em uma perspectiva educativa (REDE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2017).

Por meio de dois contratos de gestão assinados com a prefeitura do Rio de Janeiro, a Redeh é responsável pela administração das Naves do Conhecimento de Irajá, Madureira, Padre Miguel, Penha, Santa Cruz, Triagem e Vila Aliança. Essas naves são equipamentos urbanos que abrigam uma grande diversidade de ambientes com soluções de alta tecnologia, além de computadores à disposição do(a)s usuário(a)s, com ações específicas para o(a)s morador(a)s das comunidades locais, como cursos de qualificação profissional, oficinas, sessões de cinema e acesso à internet. De acordo com os dados da ONG, as Naves do Conhecimento, por meio da acessibilidade e da inclusão digital para todo(a)s, vêm cumprindo a sua missão como instrumento de transformação social.

Além da prefeitura do Rio de Janeiro e de outras parcerias com entes federados municipais – por exemplo, secretarias de Educação de São Gonçalo e Niterói –, a ONG tem parceiros como Fundação Banco do Brasil, Fundo de Gênero da Embaixada do Canadá, Instituto Avon, Ministério da Justiça, ONU Mulheres, Petrobras e Secretaria de Políticas para Mulher. Algumas de suas ações têm projeção nacional, como o Projeto Memória Leila Gonzalez feito em parceria com a Fundação Banco do Brasil. Nele, eram ministradas oficinas para docentes de redes públicas e privadas para o trabalho dessa personalidade em sala de aula (REDE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2017).

O público-alvo das ações educativas da Redeh é variado, indo desde docentes e gestores de redes municipais de ensino, quando as ações visam à militância e ao ativismo do movimento feminino, até crianças e adolescentes de comunidades, em atividades de inclusão digital nas Naves do Conhecimento. Os espaços físicos para cada ação são variados, dependendo da ação oferecida e/ou da parceria envolvida (EICHLER, 2017)

A duração dos cursos também é variada, e o planejamento metodológico, feito especificamente para cada atividade, com material próprio. Os educadores sociais são escolhidos de acordo com a demanda de cada curso. Os coordenadores da Redeh dão preferência às pessoas inseridas nas comunidades atendidas pela ação educativa, por elas conhecerem melhor o contexto dos participantes. Contudo, havendo necessidade de capacitação, os educadores recebem formação de outros profissionais especializados naquela temática. A ONG trabalha também com o voluntariado, inclusive internacional – por exemplo, aulas de inglês no Centro Comunitário Júlio Ottoni (EICHLER, 2017).

A pesquisa realizada com o IBF e a Redeh foi de natureza qualitativa, e a coleta de dados ocorreu a partir de: observação, análise documental e entrevistas semiestruturadas, conduzidas com responsáveis pelas ações educativas. Essas últimas aconteceram na sede de cada ONG entre os meses de maio e junho de 2017, momento em que foi possível observar alguns espaços e o público atendido pelas ações educativas. Já a análise documental ocorreu com as informações contidas no *site* do IBF e da Redeh até julho de 2017 e com material disponibilizado pelas entrevistadas durante as visitas às ONGs.

Utilizamos a técnica da análise do conteúdo temático, a partir das indicações de Turato (2003, p. 442), que "procura nas expressões verbais ou textuais os temas gerais recorrentes que fazem a sua aparição no interior dos vários conteúdos mais concretos". Os dados relevantes à elucidação do objetivo proposto foram analisados por meio de interpretações articuladas ao quadro teórico.

ANÁLISE DOS DADOS DAS ONGS PESQUISADAS

As informações obtidas na coleta de dados consideraram as potencialidades de articulação dos espaços formais com os espaços não formais de ensino no sentido da formação de uma nova cultura política, partindo da análise das ações educativas com jovens nas ONGs pesquisadas (GOHN, 2010, 2011; TRILLA, 2008). Os dados foram analisados, após as leituras do *corpus* da pesquisa composto pelas entrevistas transcritas, por meio dos temas: a cultura juvenil, os pontos fracos da escola, a relação entre as ONGs e as escolas, e a relação entre o jovem e o trabalho. A seguir, apresentamos a análise de conteúdo temática feita a partir de alguns trechos das entrevistas concedidas pelas responsáveis pela parte educacional do IBF e da Redeh, à luz das questões teóricas levantadas neste artigo.

O primeiro tema dessa análise foi "a cultura juvenil", em que procuramos perceber como as duas ONGs analisam a cultura dos jovens que frequentam as suas ações educativas. Nesse caso, as ONGs têm formas diferentes de observar essa questão. Segundo a entrevistada do IBF, os jovens valorizam muito a ideia de pertencimento a um grupo e são pouco atenciosos à cultura dos mais velhos. Já para a entrevistada do Redeh, os jovens apresentam uma cultura voltada para o consumo e a valorização dos meios tecnológicos².

Hoje a juventude tem muito assim do tipo "eu sei de tudo, o senhor ou a senhora não sabe de nada". Eles têm apesar de toda essa ansiedade de resolver e de ter as coisas, às vezes, de

2 - Vamos manter essa ordem na transcrição dos trechos das entrevistas, primeiro o trecho do IBF extraído do relatório de Pose (2017) e depois o trecho da Redeh extraído do relatório de Eichler (2017).

uma juventude que não sabe ouvir, mas eles entendem a experiência que os mais velhos têm, querendo ou não têm que dá ouvidos de alguma forma. [...] Hoje ainda é o grupo, o que meu grupo vai fazer, o que eu não vou fazer, porque eu não quero ficar fora do meu grupo. Isso é muito delicado de ser trabalhado, porque os adolescentes, eles vivem isso, eu estou ali, eu estou no meu grupo. Mas sempre pedimos que eles refletissem sobre o grupo, independentemente se estão com os amigos ou não (POSE, 2017, p. 16).

Olha, eu acho que o jovem que a gente trabalha hoje, que é um jovem de comunidade popular, eu acho que cultura hoje é muito a cultura do consumo, né, infelizmente, eu acho que o... A gente precisa superar isso, que é do próprio sistema capitalista, aí com isso o jovem não vê muito a educação como um valor, como algo que ele vá agregar o seu currículo, a sua vida, a educação ela acaba ficando em segundo plano. [...] Então assim a cultura deles é uma cultura que está muito inserida nesse ambiente digital (EICHLER, 2017, p. 17).

O segundo tema que analisamos foi "o que falta na escola" de acordo com os depoimentos dos coordenadores das ONGs. A partir dos relatos, percebemos que, embora os jovens gostem do ambiente escolar, esses espaços formais de ensino negligenciam dois aspectos importantes: 1. não os estimulam a dar continuidade aos seus estudos; e 2. não usam os recursos tecnológicos para incrementar o processo de ensino aprendizagem. A seguir, algumas falas nesse sentido:

A escola não dá esses subsídios, e ele acaba achando que a vida dele se encerra no ensino médio. Quando na verdade ele consegue e deve ter todo estímulo para prosseguir (POSE, 2017, p. 15).

As escolas assim, que a gente também pode perceber, é que elas estão muito aquém dessa questão tecnológica, a maioria possui até um laboratório de informática, mas os computadores estão desatualizados, alguns computadores não funcionam, a gente percebeu que algumas escolas, a internet, o wi-fi não funcionavam muito bem, ou seja, era difícil até para professores realizarem uma pesquisa com os alunos ali dentro [...] (EICHLER, 2017, p. 10).

Os trechos citados nos mostram que a escola não contribui para a formação de um projeto de vida juvenil no qual o acesso ao ensino superior faça parte dele. No segundo trecho, observa-se que o acesso à internet e à tecnologia que poderiam facilitar uma mediação entre a cultura dos jovens e a cultura da escola ainda são precários. Sem essa aproximação, fica comprometida a permanência dos jovens na escola.

De acordo com a entrevistada do IBF, os conteúdos trabalhados na educação formal ficam distantes da realidade dos jovens. Por isso, embora se sintam bem nesse ambiente, não con-

seguem entender o porquê de certas disciplinas e atividades, desenvolvendo um sentimento de obrigatoriedade e não de prazer pelos estudos na educação básica. Já a representante da Redeh menciona a questão da falta de tecnologia, como já destacamos anteriormente.

Acho que é um pouco de tudo, eles se sentem felizes que estão na escola. Eles entendem, mas se sentem obrigados a irem. Desafio da escola hoje é pensar no jovem, o que esse jovem, após a formação acadêmica dele, que conteúdo ele vai precisar usar. Não que todos os conteúdos não sejam importantes, são importantes, um complemento o outro. Mas o que realmente vai fazer sentido na vida dele, o que ele vai usar como base para ele escolher um bom curso na graduação ou para ele fazer um bom investimento, enfim. Para ele escolher a carreira dele, hoje eu acho que a escola dá conteúdo porque elas têm que dar e sem pensar na projeção do jovem o que também para o jovem é difícil. Ele não compreende o que está sendo dado então para ele não tem importância (POSE, 2017, p. 16).

Eles gostam da escola, mas a escola está muito aquém dessa realidade hoje digital. Escolas públicas, né, escolas particulares, tem escolas que já estão até trabalhando com robótica, oferecendo cursos de robótica, infelizmente, assim, essa desigualdade nossa, social, ela se reflete muito no contexto educacional, né? (EICHLER, 2017, p. 10).

Em outras falas, fica evidente que nas duas ONGs existe uma preocupação em relacionar as suas atividades educativas com as ações dentro das escolas, em um processo de valorização delas. Por isso, a terceira temática a que damos destaque é "a relação entre a ONG e a escola". Retomamos o conceito de interações funcionais de Trilla (2008) ao estudar as relações entre a educação formal e a educação não formal. Para o autor, elas podem se ligar em sentido de complementaridade ou de suplência ou de reforço, ou seja, apesar de cada espaço desenvolver práticas próprias, o mais interessante para um indivíduo pertencente aos dois espaços é que essas ações guardem certa interligação, contribuindo para a formação cidadã dele (TRILLA, 2008).

Nós elencamos os conteúdos que estão sendo trabalhados neste ano, tendo como base os conteúdos escolares. Então a gente utilizou como referência os materiais e os cadernos escolares da Secretaria Municipal da Educação, da Secretaria Estadual da Educação, a escola da Ponte e a escola do Corcovado. [...] Hoje o Cruzamento Perfeito como o Prata da Casa são conhecidos pelas escolas, temos parceria com 12 escolas da região. Todos conhecem o Bola Pra Frente, inclusive o Jorginho³ estudou numa das escolas. O que a gente quer é fazer através do Cruzamento Perfeito poder gerar impacto na escola. Que o professor e que a

3 - Referência ao ex-jogador de futebol da seleção brasileira que fundou a ONG em 2000.

criança leve para escola, que a experiência que ele está tendo positiva com o esporte e a cultura para dentro da sala de aula (POSE, 2017, p. 17).

Até porque a nossa ideia é que o aluno permaneça na escola, que a gente sabe que a maior dificuldade, hoje em dia, é o aluno permanecer na escola, por uma série de motivos, a gente tem que pensar que frente a essa desigualdade, essa injustiça social, tem aluno que vai para a escola para comer, né, então, assim, a nossa ideia com as Naves é que ele permaneça na escola, ajudá-lo, nesse sentido, que seja uma formação complementar, a gente não quer tirá-lo da escola, muito pelo contrário, a gente quer ajudá-lo, a gente quer potencializá-lo, empoderá-lo para que ele permaneça na escola, que ele veja a tecnologia como uma ferramenta a mais no seu processo educativo, mas, assim, por diversos fatores a gente sabe que esses alunos acabam saindo da escola (EICHLER, 2017, p. 10-11).

Destacamos duas falas de cada entrevista que demonstram a importância que as duas ONGs conferem à educação formal e à interpenetração dos espaços formativos para ações com jovens da cidade do Rio de Janeiro. Esses trechos da entrevista reforçam a permanência na escola como uma condição para frequentar os projetos e também como estes podem potencializar os conhecimentos promovidos no ambiente escolar. Assim, observamos que a educação não formal do IBF e da Redeh busca o desenvolvimento de uma nova cultura política (GOHN, 2011), sendo, na primeira, a partir de atividades esportivas como atrativo para que os seus participantes frequentem a escola e, na segunda, desenvolvendo ações educativas que complementem a educação formal. A seguir, apresentamos as referidas falas.

Eles precisam estar na escola, e quando não estão, a assistente social e a psicóloga entram no circuito, para entender por que a criança ou adolescente estão fora da escola, quais foram as implicações e o que fazer para ajudá-lo a conseguir uma vaga na escola (POSE, 2017, p. 15).

[...] a educação escolar é muito falha por uma série de motivos, não há um investimento, como deveria, na área educacional. Então, a gente trabalha nesse sentido de empoderamento, a gente quer complementar toda essa formação escolar. Hoje em dia um profissional, ele precisa ser completo, ele precisa de várias competências, de várias habilidades, que não somente aquelas que são aprendidas no contexto escolar. Então, a gente busca com isso complementar toda essa formação cidadã e a gente acredita que a gente consegue resultados positivos, quando a gente vai ministrar, por exemplo, um curso. No final, as pessoas vêm até a gente, mandam e-mail, buscam o nosso material, mandam fotos de uma atividade que desenvolveu com o material que a gente distribuiu. Então, a gente acredita que tenha um peso importante, e a gente, a Redeh acredita muito, a gente trabalha muito numa perspectiva de Paulo Freire, a gente vê a educação como um instrumento de transformação, e eu

acho que a gente precisa de N reformas, seja na educação, seja social, mas a gente ainda acredita na educação como uma ferramenta que possa potencializar para a transformação da sociedade (EICHLER, 2017, p. 13).

O quarto tema que abordamos foi "a relação entre o jovem e o trabalho". Nesse caso, observamos que, no IBF, a inserção no mundo do trabalho acontece por necessidades financeiras, muitas vezes fazendo esses indivíduos abandonarem as escolas para contribuir no seu sustento e de sua família. Já a representante da Redeh menciona que, para essa ONG, a relação jovem/trabalho é vista na perspectiva de profissionalização, ou seja, atividades educativas que capacitam os atendidos, auxiliando na sua inserção no mercado de trabalho ou na recolocação de alguma função já exercida.

Nesse tema, percebemos um ponto de contato entre essas visões e as considerações de Martins (2014) e Leão (2014) quando afirmam que, mesmo os jovens reconhecendo a importância da escola no seu futuro profissional, eles não deixam de abandoná-la.

Esse é um ponto bem delicado para o jovem. Para o jovem o dinheiro, às vezes, fala mais alto, dependendo da necessidade. Largam a escola para trabalhar, para poder ajudar na complementar a renda em casa e por vezes acabam formando as suas próprias famílias, tendo seus filhos, deixando o estudo para segundo plano. Eles só dão conta disso quando estão lá com 30 e poucos anos e aí hoje para minimizar esse processo o Bola tem a certificação do Ministério do Trabalho para ser uma instituição qualificadora para execução do programa de aprendizagem, o que não impede que o jovem realmente não abandone a escola para ter que trabalhar. O que também nos dificulta porque o programa de aprendizagem é assim bem delicado. Então é bem esse cenário (POSE, 2017, p. 16).

Olha, a gente trabalha muito numa perspectiva de inserção no mercado de trabalho. A ideia é capacitar esse jovem para inserção no mercado de trabalho ou aqueles que já estão inseridos no mercado de trabalho até conseguirem uma promoção. Então, a gente trabalha muito numa perspectiva de profissionalização, porque o jovem que procura esses projetos nossos, sobretudo o de inclusão digital. Ele já vem com esse objetivo: eu quero me capacitar para poder inserir no mercado de trabalho, para conseguir uma promoção no meu ambiente de trabalho (EICHLER, 2017, p. 9).

Olha, foi o que eu te falei, capacitar esses jovens, para poder inseri-lo no mercado de trabalho, e se ele já está no mercado, porque muitos já estão. Até porque, como o ensino médio é à noite, geralmente, é responsabilidade do Estado, muitas vezes, esse aluno, durante o dia, ele está trabalhando, ele está exercendo alguma função. Então, a nossa ideia é capacitá-lo para o mercado de trabalho, para que ele tenha alguma promoção, para que ele exerça

funções que, digamos assim, não são consideradas funções subalternizadas, que ele exerça funções importantes dentro do ambiente de trabalho dele (EICHLER, 2017).

No trecho da ONG IBF, é feita uma menção ao Programa Jovem Aprendiz, na qual fica implícita uma crítica a essa política pública no sentido de não garantir a permanência do jovem na escola, o que pode ser objeto de nossas futuras investigações. Quanto ao trecho da ONG Redeh, é assumido que a qualificação profissional realizada pela ONG tem uma dimensão de transformação da realidade desses jovens que, de alguma forma, já estão inseridos no mundo do trabalho. Convém ressaltar que a integração entre a educação e o trabalho no âmbito do ensino médio permanece um problema para a juventude mais pobre do nosso país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na educação não formal desenvolvida nos projetos e cursos do IBF e da Redeh, observamos, principalmente, uma interação com as ações educativas trabalhadas na educação formal. A pesquisa apontou para as potencialidades de articulação entre os espaços formais e não formais e para o fato de como essa direção contribui para a formação cidadã de jovens na cidade do Rio de Janeiro. Como bem considera Gohn (2010, 2014), a formação de uma nova cultura política tem mais expressividade quando ocorre nos processos educativos que buscam articular as aprendizagens do ambiente escolar com outros espaços formativos como as ONGs. Em um contexto globalizado, segundo a autora, a escola não pode deixar de entender essa relação e assim se tornar mais atrativa e próxima à cultura juvenil. Corroboramos a afirmação de Sousa e Cattani (2016) quando afirma que a escola precisa interagir com a educação do seu entorno e assegurar esse diálogo, previsto no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), nos seus projetos pedagógicos.

Os jovens participantes das atividades educativas do IBF e da Redeh apresentam uma cultura própria que precisa estar interligada com os conteúdos trabalhados na escola. Os programas e cursos dessas ONGs apontam na direção de contribuir para um sentimento de identidade com sua comunidade, fazendo com que os jovens exerçam a sua cidadania no contexto em que estão inseridos. Há, por parte das ONGs investigadas, uma aproximação com a educação formal no sentido das interações funcionais apontadas por Trilla (2008), principalmente de complementaridade e reforço, e também a consciência de sua importância no desenvolvimento de uma nova cultura política e consequentemente na transformação da vida dos jovens participantes de suas ações educativas.

No âmbito das políticas públicas, urge a necessidade de ampliarmos o seu escopo tendo como público-alvo a juventude e, particularmente, as que viabilizem a interpenetração dos espaços formativos tal como o exposto na presente reflexão. Nos depoimentos dos entrevis-

tados, foram ressaltadas as fragilidades tanto do Programa Jovem Aprendiz como do ensino médio, e paralelamente a isso temos o crescimento alarmante da taxa de homicídios entre os nossos jovens denominada por alguns pesquisadores de juvenicídio⁴.

Youth and the formative spaces interpenetration

Abstract: The present text deals with the potential formation of a new political culture on young people at social vulnerability situation. It's based on the interpenetrating of the formative spaces, focusing on two different educational non-governmental organisations (NGOs) from Rio de Janeiro. The text was structured as follow: in the first place, it's discussed the educative spaces of the non-formal education within our complex society. Secondly, a few thoughts were made about youth concept and the young people's difficulties about the formal education. Subsequently, it's mentioned the studied non-formal spaces objectives and their respective projects: Bola pra frente [Ball Forward] and Redeh [Human Development Network]. Finally, we linked with the interviews about youth culture, the schools's weaknesses, and lastly, the NGOs and schools relations between the young people and work. The research's results showed that the formal education could be even more active in encouraging the young people to continue studying and the technological resources should be a unifying factor bringing the adults culture and youth culture close together. On the other hand, the studied NGOs encourage the permanence of the young people in formal education and also dialogue with the content which were worked at school, envisioning social transformation of the people engaged in their educative programs.

Keywords: Non-formal education. Non-governmental organisations. Political culture. Youth. School.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 jan. 2018.

EICHLER, P. S. Práticas educacionais não formais de instituição do terceiro setor. 2017. 23p. Relatório de entrevista (Mestrado em Educação) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2017.

ENGUITA, M. F. Centros, redes, proyectos. *Cadernos de Pesquisa Pensamento Educacional*, Curitiba, v. 4, n. 7, p. 23-39, 2009.

4 - Expressão usada para designar os "assassinatos sistemáticos de pessoas jovens", explica o pesquisador Maurício Perondi. Segundo esse pesquisador, os dados "são assustadores, pois cerca de 25 mil jovens, de 15 a 29 anos, foram mortos no Brasil em 2014. Isso é o equivalente a quase 70 jovens mortos por dia". Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/567744-o-juvenicidio-a-ilusao-das-facilidades-e-o-falso-projeto-de-futuro-entrevista-especial-com-mauricio-perondi>. Acesso em: 30 abr. 2019.

GOHN, M. da G. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010. (Questões de nossa época, v. 1).

GOHN, M. da G. *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Questões de nossa época, v. 71).

GOHN, M. da G. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. *Investigar em Educação*, v.1, n.1, p. 35-50, 2014. Disponível em: <http://pages.ie.uminho.pt/inved.php/ie/article/view/4/4>. Acesso em: 10 jan. 2018.

GONZALEZ, W. R. C.; PEDROZA, S. Limites e possibilidades da atuação do pedagogo em espaços não formais de ensino: algumas questões para o debate. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 11, n. 26, p. 241-266, 2014. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/reeduc>. Acesso em: 12 fev. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP divulga dados inéditos sobre o fluxo escolar na educação básica. 2017. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206. Acesso em: 3 fev. 2018.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 2009.

LEÃO, G. Entre a escola desejada e a escola real: os jovens e o ensino médio. In: CARRANO, P.; FÁVERO, O. (org.). *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisas em educação, mídia e ciências sociais*. Niterói: Editora UFF, 2014. p. 231-258.

MARTINS, C. H. dos S. Memória de jovem: conceito em construção. In: CARRANO, P.; FÁVERO, O. (org.). *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisas em educação, mídia e ciências sociais*. Niterói: Editora UFF, 2014. p. 211-230.

POSE. S. Práticas educacionais não formais de instituição do terceiro setor. 2017. 21p. Relatório de entrevista (Mestrado em Educação) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2017.

REDE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (Redeh). Projetos e iniciativas. Disponível em: <http://www.redeh.org.br/>. Acesso em: 18 jun. 2017.

SOUSA, R. T. M. de; CATANI, A. M. Educação escolar e educação social: uma interação a favor da cidadania. *Trama Interdisciplinar*, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 51-68, set./dez. 2016.

SPÓSITO, M. P. Juventude e educação: interações entre a educação escolar e a educação não-formal. *Educação e Realidade*, v. 33, n. 2, p. 83-98, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoe realidade/article/view/7065>. Acesso em: 22 jan. 2018.

TRILLA, J. A educação não formal. In: TRILLA, J.; GHANEM, E.; ARANTES, V. A. (org.). Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008. p. 15-48.

TURATO, E. R. *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

Recebido em agosto de 2018.
Aprovado em novembro de 2018.